



Haico 57 - Dia da Paz Romana
da paz e prof

A responsabilidade cívica do estudante universitário

I - Dificuldades individuais e colectivas que o civismo encontra no mundo de hoje

Os vocábulos civismo, virtudes cívicas, educação cívica, são termos correntes na linguagem comum. No entanto, a sua excessiva democratização conduziu a um tal empobrecimento dos conceitos aí implicados que para muitos, falar em consciência cívica, por exemplo, evoca imediatamente a ideia confusa de comícios e de outras actividades políticas ~~também~~ agitadas.

Outros preconceitos de mais profunda repercussão deturpam o sentido verdadeiro dos termos e das atitudes morais que eles traduzem.

Desses preconceitos distingo três que me parecem ter um carácter quase universal.

O primeiro reside no facto de ~~que~~ os deveres cívicos ^{sejam} ~~são~~ encarados por muita gente numa perspectiva puramente negativa, de combate ao materialismo e, de modo especial, de luta contra o comunismo.

Tal erro de óptica gera um civismo atrofiado, superficial, não autónomo, incapaz de descobrir os supremos valores da vida humana e susceptível de se converter, com a maior sinceridade possível, ao erro que tinha por missão exclusiva combater.

Um fenómeno curioso que se verifica sobretudo entre os europeus é uma excitação absolutamente anormal da consciência cívica quando, em reuniões internacionais, se discutem problemas relacionados com o comunismo. Tem-se então a sensação de que o sentimento cívico moribundo esboça a sua última luta em defesa da vida. A ausência do sentido positivo do dever cívico e do seu constante exercício no quotidiano, foi uma falha decisiva na sua robustez.

O segundo preconceito nasce da má utilização dos factores de progresso na sociedade moderna. Com efeito, a facilidade de comunicações, a acessibilidade de todas as ideias e informações, mesmo de carácter científico especializado, a divulgação que sistematicamente se realiza, vão ao encontro da suficiência do homem da rua que somos todos. Então fácil é qua a hipótese mal esboçada se converta em tese ardorosamente defendida ou atacada, que os índices estatísticos sejam tomados fora do contexto em que são legítimos, que o conhecimento sério dum escasso número se transforme em princípio levemente discutido por uma multidão.

Sobretudo, fácil é que o orgulho próprio do homem substitua à verdade objectiva da realidade social, sem a qual não há consciência cívica, a primazia incontável da opinião. E com opiniões não se constroem equações homogéneas, como nota Corção. As dimensões puramente subjectivas da opinião não se equilibram, senão por mero acaso, com as dimensões fortemente objectivas da vida social. E sem esse equilíbrio

não há, não pode haver exercício da responsabilidade cívica. Pela simples razão que esta responsabilidade cívica começa por carecer de sentido e de continuidade no tempo, sujeita como está às flutuações da opinião.

O terceiro preconceito traduz uma certa convicção ~~in~~ confessada, e que é talvez inconsciente, de que o civismo é qualquer coisa de impessoal, situado na esfera do Governo ou da polícia. Talvez porque muito se discute, e se critica sobre estas matérias nas inconsequentes conversas de café e por outro lado os jornais de que só se lê habitualmente os títulos, todos os dias apregoam um ~~se~~ número de acontecimentos da sociedade cívica, é fácil começar a ter uma ^{prurido de} consciência cívica que não é consciência. Porque não dita leis. Ou se as dita, é sempre para os outros. Assim, discute-se e critica-se estando sempre de fora. Como se o nosso mundo e o mundo onde a coisa pública se forma fossem totalmente distintos! É mais e pior, o que se diz nada tem que ver com o que se faz. Ideias ou convicções não chegam a atingir vitalmente a pessoa. Agitam mas não transformam. Entusiasmam mas não comprometem.

Tais preconceitos, que só são sociais por serem a atitude comum dum grande número, inscrevem-se na esfera da psicologia individual. Nem sempre os encontramos isolados mas antes intimamente misturados em proporções diferentes consoante as condições sociológicas, históricas, culturais do meio ambiente.

São particularmente favorecidas por duas características gerais da Sociedade dos nossos dias.

Refiro-me à complexidade crescente das estruturas sociais e à fundamentação profundamente materialista de quase toda a vida humana moderna.

Generaliza-se cada vez mais a substituição dos processos normais de pensamento pelo estímulo dos sentidos. Realiza-se cada vez mais intensamente a subordinação de todos os actos voluntários ao condicionalismo material da máquina social.

Estes factos, reproduzidos em todos os sectores e em todas as latitudes, conduzem inevitavelmente a uma sociedade em que o determinismo será a única lei.

Tal ^{determinismo} ~~materialismo~~ envolve um certo número de condições que transformam ~~o~~ que deveria ser uma comunidade civilizada numa trágica sucessão de acontecimentos, ^{regidos por leis fatais.} A irracional utilização dos modernos meios de comunicação entre os homens conduz a uma atitude intelectual cada vez mais passiva, apenas interrompida pelas excitações que ~~uma~~ civilização eivada de sensualidade, de gosto da sensação e de oportunismo, inevitável ^{se} ~~para~~ consigo.

Essa passividade intelectual anda de par com a fuga às responsabilidades na vida social, com a rejeição de todos os riscos, responsabilidades e riscos que estão na



Fundação Cuidar o Futuro

base de todo o compromisso social sério.

Por outro lado, as estruturas sociais têm atingido um grau de complexidade extrema. O homem encontra-se pertencendo simultaneamente a grupos diferentes que se referem a múltiplos sectores em que a sua vida se define. Movimenta-se assim em planos que se cruzam em todas as direcções. Dificil é descobrir nesse emaranhado de situações a geodésica da sua vocação própria. Mais difficil é encontrar o centro da autêntica consciência cívica, capaz de dar um sentido aos fenómenos q se passam na periferia.

III - Os elementos integradores do civismo

É neste condicionalismo individual e social que o civismo tem de se definir.

Embora o civismo tenha sentido mesmo para os não cristãos, vou encará-lo na perspectiva cristã, a única que lhe dá todas as dimensões e lhe justifica as últimas exigências.

1. Verdades teológicas que postulam o civismo

Deus criou o homem com a necessidade natural de viver em sociedade, de dar as mãos a outros homens para com eles descobrir o universo, se descobrir a si próprio e assim caminhar para Deus.

Mas não se limitou Deus a inscrever tal necessidade natural na alma humana. Na economia da ordem sobrenatural, ligou todos os homens com o selo do Seu próprio Sangue.

Nunca mais o homem pode sobre a terra estar sozinho - às suas costas pesam os milhões de irmãos que tem pelo mundo fora. Uma Presença crucificada une todos os homens numa estranha comunhão em que a derrota de um é vazio que mais ninguém pode preencher e vitória de outro é enriquecimento e alegria de todos.

É certo que se trata duma realidade sobrenatural. Mas ainda ninguém disse que o sobrenatural se constrói fora do natural. Enquanto vive na terra o homem é um todo consubstancial de corpo e alma, e nada que o define atinge uma só esfera. Se o Corpo Místico o liga espiritualmente aos outros homens, isso significa, neste mundo de seres incarnados, que ele lhes é também profundamente solidário, no trabalho e no esforço das suas mãos, nas aspirações do seu coração, nas conquistas da sua inteligência.

Unido aos outros homens, o homem permanece, porém, inviolável na sua imensa dignidade de pessoa. A prioridade da pessoa humana em relação a todos os outros valores tem a sua origem na natureza do homem, "criado à imagem de Deus". A ele foi dado o domínio sobre todas as coisas, sobre todos os seres. Tudo pelo homem, é animado e oferecido por ele, na sua atitude de adoração perante Deus. E é este acto voluntário do homem que dá às coisas inanimadas o sentido último do seu destino de louvor ao



Fundação Cuidar o Futuro

Deus Criador.

A Revelação projecta-nos numa nova dimensão desta realidade pois que todos os valores humanos são assumidos, transfigurados e divinizados na Pessoa do Verbo Incarnado.



Orientado para Deus, ~~seu~~ fim e ~~seu~~ princípio ^{constante} ~~constante~~ no tempo, o homem é tudo o que lhe diz respeito tem de ser pensado em função da Eternidade. Eternidade que terá o seu começo não após a morte mas já hoje nesta vida, na medida em que o homem participa da vida de Deus. Isto quer dizer que para o cristão toda a vida, mesmo temporal, é elemento decisivo da Eternidade.

E se a maior obra do homem é a expansão e a vivência da Cidade Celeste, é já hoje na construção da Cidade Terrestre que ~~ela~~ ^{aquela} se prepara.

2. A construção da Cidade Terrestre como objecto do dever cívico

A construção da Cidade é o objecto imediato da virtude cívica. Por isso vamos analisar em detalhe os elementos que a integram?

A Cidade pode definir-se como o povo politicamente organizado

2.1 - Elementos que definem um povo

Que é um povo? Em que difere dum aglomerado indistinto de pessoas?

O Santo Padre define o povo ⁽¹⁾ como "um corpo vivo, de membros e órgãos diferenciados segundo as formas e funções respectivas, mas concorrendo todos em conjunto para a sua actividade autónoma, na ordem e na unidade".

E em ~~outra~~ ⁽²⁾ ocasião, acentua a profunda dependência da autonomia do povo da autenticidade humana dos seus membros, dizendo " O povo vive da plenitude da vida dos homens que o compõem, sendo cada um - no seu lugar e no seu modo específico - uma pessoa consciente das suas próprias responsabilidades e das suas próprias convicções "

Tal como o nota o Santo Padre, este conceito de povo, que está na base da construção da Cidade, é oposto à existência duma massa ⁽³⁾.

Enquanto um povo se determina conscientemente, embora com as dificuldades de tudo o que é humano, a massa demite-se de todo o esforço de reflexão, aceita a imposição da força ou do dinheiro em substituição da justiça e da autoridade.

Daqui resulta claramente que um dos aspectos fundamentais da responsabilidade cívica é a transformação da multidão anónima num povo.

Para que o povo possa ser essa entidade orgânica que vive da plenitude da vida dos seus membros, ele tem de estar orientado para o bem de cada um deles. Com efeito

(1) - Na Alemanha aos governantes de Roma, em 46

(2) - Radio-mensagem ao mundo inteiro, Natal 44

(3) - Radio-mensagem ao mundo inteiro, Natal 44

a pessoa humana sendo a base da vida social, tudo o que não conduzir à sua felicidade está fora da ordem querida e estabelecida por Deus.

Parece-nos que esta noção de pessoa humana é imediata e evidente. Na verdade a pessoa humana considerada em abstracto é sempre um ente lírico que desperta toda a nossa eloquência. Mas quando a pessoa humana assume a fisionomia do operário a quem se não paga o salário justo, da criança a quem se ministra um ensino em série, do homem da rua a quem se não dá o direito de manifestar as suas aspirações, então não é já tão espontânea a defesa dos seus direitos.

Porque este fenómeno paradoxal se repete em todos os países e em todos os tempos, os Pontífices têm insistido firmemente na suprema dignidade da pessoa humana.

Pio XI, numa encíclica dirigida em 1937 aos Bispos da Alemanha, dizia: "o homem, enquanto pessoa, possui os direitos que lhe vêm de Deus e que devem permanecer perante a colectividade acima de toda a tentativa" para os negar, abolir ou desprezar. O mesmo Pontífice numa carta de 1937 da Secretaria de Estado insiste na mesma ideia: "como, mesmo sob o ponto de vista puramente natural, é grande o homem, este ser criado por Deus, dotado por Ele duma alma espiritual e imortal, capaz de se elevar até à contemplação das mais altas verdades especulativas, como é capaz também de procurar as leis mais escondidas da natureza para lhe dominar as forças, o homem que é o árbitro dos seus destinos, o senhor responsável das suas acções, o verdadeiro rei da criação visível, que impõe a sua vontade às coisas e aos animais."

E Pio XII retoma, por várias vezes, esta mesma ideia, quando diz ⁽¹⁾ "é o homem que, com o seu trabalho no seio da família e da sociedade, é o senhor do mundo".

Considerar cada homem o senhor do mundo e contribuir para que realmente o seja tal é o primeiro aspecto de que se reveste na ordem imediata a consciência cívica.

Assente neste profundo respeito da pessoa humana, um povo é ainda a tradução duma unidade especial. Tal unidade radica, por um lado, na identidade de objectivos que os seus membros se propõem, e, por outro lado, na diversidade de funções que tornam possível o alcance desses objectivos.

Com efeito, o povo está orientado para a paz, "tranquila comunidade na ordem", fim para que tende toda a sociedade.

Portanto o primeiro bem que o povo tem de defender e desenvolver é a paz. Mas ela só é possível e humanamente viável quando todas as expressões de vida do povo traduzem se não uma plenitude, ao menos, um desejo sincero e desinteressado do bem comum. Não existe, pois, a autêntica paz da sociedade, quando o bem comum é de algum

(1) - Alocução ao consistório, Natal 1945

modo menosprezado.

Ora o bem comum é principalmente um bem moral, como ensina ⁽¹⁾ Leão XIII, embora seja constituído também de bens exteriores, "cujo uso é necessário ao exercício da virtude".

Como todos os valores que resultam duma síntese, o bem comum não pode ser identificado duma forma estática com nenhuma fórmula determinada.

Traduz-se na ordem concreta e usando a expressão ⁽²⁾ de Pio XII "no estabelecimento de condições públicas normais e estáveis, de tal modo que não seja difícil nem aos indivíduos nem às famílias levarem uma vida digna, regular, feliz, segundo a lei de Deus" (512).

Definido deste modo, o bem comum assenta, antes do mais, em valores espirituais, que lhe servem de suporte uns, que ele torna possíveis outros.

Tais valores espirituais são, fundamentalmente, a liberdade e a igualdade entre os homens.

A igualdade (a que se opõe toda a forma de racismo ou de supremacia de classes) deriva da paternidade divina. Tal como diz o Apóstolo "não há para Deus nem cristão nem gentio nem homem nem mulher mas todos são um em Jesus Cristo". Não há outra aristocracia senão a que deriva da justa hierarquia de funções. E o bem comum ~~na~~ nega-se a si mesmo quando permite que se estabeleçam desigualdades que a essa hierarquia não vão buscar a sua razão de ser.

É desta igualdade que nasce a liberdade. E no vínculo da solidariedade que liga os homens numa vida intensa ^{mente} comunitária, a liberdade é o grito da individualidade singular de cada homem. Ela impõe um limite à força e à arbitrariedade. Traduz o direito de cada homem à sua vocação específica, à conquista da própria personalidade.

Nas igualdade e liberdade para se realizarem necessitam dum suporte material. Daqui que o bem comum se diversifique em bens temporais, de que se pode salientar o progresso técnico, a prosperidade económica, a justa repartição de riquezas.

Para a obtenção desses bens, o trabalho exerce uma função chave. Dele deriva toda a riqueza e nele assenta toda a actividade humana.

Nos nossos dias o trabalho tem assumido formas especiais. Fala-se mesmo em que estamos vivendo numa civilização do trabalho. Mas os valores que essa civilização incarna têm de ser revistos. Uma das tarefas da cidade terrestre em construção é precisamente a descoberta das condições em que esta civilização do trabalho pode ser para o homem de hoje um meio de valorização.

(1) - Encíclica Rerum Novarum

(2) - Alocução aos governantes de Roma, Janeiro 47



Acentuo "para os homens de hoje" porquanto é tentação fácil sacrificar os homens concretos que hoje trabalham e lutam a um possível futuro em que os homens serão felizes.

Para os que cedem a essa tentação, "o bem comum, como nota Gustavo Corção (1), é um resultado que se encontra no termo de uma obra, de um plano quinquenal. Será obtido em certa data, assinalado em certa inauguração oficial. Será descontínuo e heterogêneo em relação aos dias que passam, às vidas que transcorrem nessa etapa da construção. Tudo ficará reduzido à condição de meio, de puro intermediário, e o homem que vive hoje, ou que morre hoje, não participará desse bem a ser montado. Nessas condições é evidente que se pode suspender momentaneamente, por cinco ou cinquenta anos, os chamados direitos do homem. Os homens serão sacrificados por uma ideia. E a sociedade, esse todo oceânico feito de todos abismais, passa a ser considerada como um monte de argila dócil que se deixa modelar pelos dedos de um escultor inspirado que sonhou como deve ser feita a estátua de um povo".

O elemento fundamental do bem comum reside assim na autonomia da pessoa humana, ela mesma princípio e fim de toda a ordem social.

Pio XI, acentua (2) que o "verdadeiro bem comum é determinado e reconhecido, em última análise, pela natureza do homem" e que "a ~~necessidade~~ ^{sociedade} não existe para si mesma mas para os indivíduos" (3). E Pio XII confirma esta ideia quando diz que o "homem é ao mesmo tempo a origem e o fim da vida social o princípio do seu equilíbrio". (4)

Dai que, por um lado, os "direitos do homem sejam o que há de mais precioso no bem comum (5)" e que, por outro lado, o bem comum, realizado na sociedade civil, "procure tornar mais fácil à pessoa humana, na ordem temporal, a obtenção da perfeição física, intelectual e moral, procure ajudá-la a atingir o seu fim sobrenatural (6)".

A realização do bem comum só é possível através da diferenciação de atribuições, que se funda antes de mais, numa diversidade natural de dons e aptidões morais, intelectuais, físicas. Essa diversidade, salvaguardados os casos em que pode revestir aspectos de injustiça flagrante, é a tradução mesma da igualdade dos indivíduos perante Deus, na medida em que cada um pode desempenhar, na sociedade civil

(1) - In "As Fronteiras da Técnica", pág. 118

(2) - Encíclica "Mit brennender sorge"

(3) - Carta da Secretaria de Estado, Julho 1937

(4) - Alocução ao consistório, Fevereiro 1946

(5) - Alocução ao Congresso de Estudos Humanísticos, Setembro 1949

(6) - Encíclica "Summi pontificatus"



a vocação que lhe cabe no plano da Providência de Deus.



2.2 - Fundamentos para a estrutura política

Um povo é assim o sujeito natural da cidade. Mas para que esta exista como tal, é necessário que o povo (ou as sociedades concêntricas em que este se diversifica) esteja organizado politicamente.

Destaco dois elementos basilares da organização política: o princípio de autoridade que torna possível a função governativa; o princípio da função supletiva, que determina o âmbito da função governativa.

A autoridade, postulada pela própria noção de sociedade diversificada, é princípio de unidade do povo no seio do qual se exerce.

Possuindo uma dignidade, ~~que~~ que no dizer de Pio XII, é "a dignidade da sua participação da autoridade de Deus", a autoridade política obriga os que a exercem a procurarem o bem comum em todas as suas realizações. Os governantes são assim, por vocação, os ~~factores~~ fatores do bem comum.

O que dissemos a respeito do bem comum permite-nos afirmar que os governantes não podem ser arbitrariamente designados para as funções que têm de exercer. Para além de qualidades de inteligência e chefia e duma comprovada capacidade no domínio específico que são chamados a orientar, deve ser-lhes pedida uma profunda formação teórica dos princípios por que se regem as sociedades. O Santo Padre, na célebre Mensagem do Natal de 1944, di-lo expressamente: "Só a clara inteligência dos fins designados por Deus a toda a sociedade humana, unida ao sentimento profundo dos sublimes deveres da obra social, pode pôr aqueles a quem é confiado o poder em condições de cumprirem as suas próprias obrigações na ordem legislativa, judicial ou executiva, com aquela consciência, aquela imparcialidade, aquela lealdade, aquela generosidade, aquela incorruptibilidade, sem as quais um governo (i..) conseguiria dificilmente obter o respeito, a confiança e a adesão da melhor parte do povo ⁽¹⁾".

A autoridade não diz respeito unicamente aos que a detêm; ela toca de perto todos sobre quem ela é exercida. A experiência mostra que se é difícil encontrar governantes correspondendo às condições apontadas não é mais fácil encontrar cidadãos que saibam aliar à independência a serenidade das atitudes, à crítica objectiva o respeito pela autoridade legítima, ao desassombro a obediência. Na verdade, ~~uma~~ uma atitude assim requer tal libertação de paixões pessoais, tal rigor crítico na obser-

(1) - Radio mensagem de Natal de 1944

vação dos factos, tal seriedade no confronto dos princípios essenciais e das circunstâncias acidentais em jogo, que só podemos encontrá-la em personalidades adultas que o mesmo é dizer unificadas e coerentes ... (E, infelizmente, em matéria política, somos quase sempre, assustadoramente adolescentes...)

Não menos importante do que o princípio da autoridade, é a noção da função supletiva a partir da qual as sociedades se escalonam e delimitam o seu campo de actividade.

Num mundo em que a colectivização é uma tendência inelutável e em que a preocupação de estruturar e de organizar atinge os mais elementares aspectos da actividade humana, é fácil menosprezar a justa hierarquia das sociedades humanas. Por isso a Igreja pela boca dos Seus pontífices diz firmemente ⁽¹⁾: "O objectivo natural de toda a intervenção em matéria social é de ajudar os membros do corpo social e não de os destruir nem de os absorver. Que a autoridade pública abandone portanto aos grupos de escalões inferiores, o cuidado das questões de menor importância nas quais o seu esforço se dispensaria; poderá então assegurar mais livremente, mais fortemente, mais eficazmente as funções que não lhe pertencem senão a ela porque só ela pode realizá-las: dirigir, controlar, dinamizar, refrear segundo as circunstâncias e a necessidade.

São estes, a meu ver, os princípios que justificam, na ordem objectiva, a responsabilidade cívica e que devem nortear toda a acção que decorre da consciência dessa responsabilidade.

3. - O civismo como virtude moral

É evidente que tal consciência traduz uma atitude moral. É como virtude moral que o civismo se cria, se desenvolve, se aperfeiçoa.

É costume inscrever o civismo na esfera da virtude da justiça, pois que a justiça, que nos coloca no lugar querido por Deus, obriga-nos a consagrarmo-nos ao bem comum.

Como nota o Cónego Leclercq, "a justiça leva o homem a preocupar-se com as condições de vida colectiva, a amar os homens sob o ângulo especial da sua vida comum, a amar a comunidade".

Mas a virtude da justiça não nasce espontâneamente; e quando se concretiza no interesse pelo bem dos homens fá-lo, na presença de Deus. É na adoração que o homem deve a Deus Pai que ele encontra razão de ser para trabalhar ao serviço dos homens. Porque o amor dos homens tem a sua origem no amor de Deus.

(1) - Encíclica Quadrigésimo Anno



Nesta perspectiva, e em relação à unidade essencial da alma humana, parece claro que só a caridade pode dar a uma virtude que determina a acção exterior, o fogo e entusiasmo da generosidade sem salário.

A virtude cívica é essencialmente uma virtude da inteligência: nutre-se do conhecimento das estruturas sociais; exerce-se à custa dum conceito exacto do lugar que cada homem ocupa na vida social; exige o livre exercício de vigorosas qualidades de crítica, baseadas numa informação racional.

Mas, nascendo na inteligência, penetra todas as esferas da vida do homem, porquanto só a vontade assegura a submissão à autoridade e a prontidão no serviço do bem comum e só o amor lhe dá a medida toda do seu conteúdo humano. É este amor vivo e actuante que permite que se ultrapasse o egoísmo na dedicação à cidade, à civilização que nela lentamente se elaborou, aos outros homens que se conhecem e àqueles que se imaginam para lá dos círculos habituais da vida.

Como virtude moral, a consciência cívica exige que se ame e se defenda a verdade sem a mais leve transigência, que se tenha o mais rigoroso senso da objectividade, que se procurem inteligentemente as soluções mais eficazes mas que não se confunda eficácia com oportunismo, que se aceitem as limitações do tempo e das circunstâncias mas que, ao mesmo tempo, não se deixe de lutar pelas soluções perfeitas.

Sendo vastíssimo o campo em que a virtude cívica se vai exercer, põe-se o problema de saber quais as formas mais urgentes que ela deve revestir.

4. - Principais elementos de construção da Cidade Terrestre

É o próprio Santo Padre quem nos diz quais são as tarefas que a virtude cívica implica: ⁽¹⁾

- "contribuir para dar à pessoa humana a dignidade que lhe foi conferida por Deus desde a origem;
- opor-se à excessiva reunião dos homens à maneira duma massa sem alma, à sua instabilidade de económico, social, política, intelectual e moral, à sua falta de princípios firmes e fortes convicções, ao seu abuso de excitações instintivas, sensíveis;
- favorecer por todos os meios lícitos, em todos os domínios da vida, as formas sociais que tornam possível e que garantem uma plena responsabilidade pessoal, tanto na ordem temporal como espiritual;

(1) - Rádio mensagem ao mundo inteiro, Natal 1942



- promover o respeito e o exercício prático dos direitos fundamentais da pessoa
- procurar ver a sociedade como uma unidade interna, amadurecida sob a orientação da Providência, medida que, dentro dos limites próprios e segundo as suas características particulares, tende, graças à colaboração das diversas classes e profissões, para os eternos e sempre novos objectivos da religião e da cultura;
- defender a indissolubilidade do matrimónio, proporcionar à família, célula insubstituível do povo, espaço, luz, repouso;
- dar ao trabalho o lugar que Deus lhe assinalou desde o princípio;
- colaborar na reconstituição da ordem jurídica;
- colaborar para o desenvolvimento duma concepção e duma prática do Estado baseados numa disciplina equilibrada, num sentimento autenticamente humano, numa consciência cristã da responsabilidade".

II - Responsabilidades cívicas do universitário

E nós universitários? Qual será a nossa missão específica na construção da cidade terrestre? Para definirmos essa missão, é importante recordarmos alguns princípios fundamentais que regem a situação do estudante universitário.

1. - A Universidade como formadora de dirigentes da vida social

À Universidade cabe papel de relêvo na vida social. Utilizando as palavras dum documento recente da Pax Romana, "a Universidade é um centro irradiante de vida intelectual. A educação superior que ela procura conferir pressupõe uma concepção integral do homem e do seu lugar no seio da comunidade, bem como numa justa noção da verdade.

Ponto de encontro de correntes de pensamento que se defrontam a Universidade forma o estudante para a vida intelectual e profissional, com o fim de o ajudar a cumprir a sua missão na sociedade moderna".

E assim pode afirmar-se "que a missão da Universidade não é unicamente indispensável. É insubstituível e só a Universidade pode assegurar a sua realização".

Essa missão especial da Universidade, e, com ela, dos universitários é não só atestada pela evolução histórica da instituição, como erigida em princípio pela Igreja. Com efeito, Pio XII disse: ⁽¹⁾

- "É um facto patente e inegável que aos círculos universitários, às classes de cultura superior, está reservado um posto singular, uma parte eminente na ordem social.

(1) - Discurso aos universitários de Acção Católica italiana, em 1941



Fundação Cuidar o Futuro

Todos reconhecem que a juventude universitária e os licenciados e doutores formam uma categoria nitidamente diferente das outras e que se irmanam imediatamente entre si por aquele vínculo de formação intelectual recebida nos centros de ensino superior.

E nas conclusões do I Congresso Da JUC diz-se claramente:

- "À Universidade incumbe a missão de orientar superiormente a vida da sociedade humana, promovendo o seu progresso e evolução pacífica, dentro de cada nação e no âmbito mais largo da comunidade internacional."

Centro de saber e da técnica, ambiente onde, por definição, a "crítica rigorosa dos dados" deve existir, lugar onde nascem as ideias que se transformam em normas para os homens e para as sociedades, formadora dos dirigentes da vida social, a Universidade está em situação privilegiada para ajudar os povos a construir a cidade.

Quando falo em Universidade não me refiro a uma entidade concreta localizada em determinado tempo e espaço. Tenho em vista aquela Universidade dinâmica, união de todos os que em qualquer tempo e lugar, se dedicam à procura da verdade e, através dos caminhos específicos que a cultura superior lhes abrisse procuram servir os outros homens pela inteligência.

Fundação Cuidar o Futuro

2. A rigorosa formação de uma mentalidade intelectual séria é o 1º. dever cívico do estudante

Se é certo que o universitário tem de estar atento a tudo o que se passa à sua volta, a verdade é que o 1º. e inadiável dever cívico está no exacto e rigoroso cumprimento do seu dever de estado.

Chamado a uma função de direcção na vida social, o universitário só estará em condições de a realizar na medida em que se debruçar sobre o estudo e dele fizer a sua 1ª. contribuição para o bem comum.

Em muitas camadas sociais a virtude cívica perdeu o prestígio precisamente porque a defesa verbal do bem comum se identificou com a incompetência no domínio especializado. Este, por via da mesma especialização, requer maior rigor e maior profundidade e ^{portanto} no plano pessoal, maior disciplina e mais trabalho. Daí a tentação subtil de lhe fugir para o campo mais vasto do bem comum que se apresenta, embora erradamente, como intrinsecamente impreciso e vago.

A vida da cidade não se constrói em super-estruturas independentes do corpo orgânico que as múltiplas actividades humanas integram. A sociedade não vive, não evolui, não tem condições de bem estar material e portanto de valorização dos



homens senão na medida em que assenta em actividades diferenciadas, perfeitamente definidas, e facilmente realizadas.

É portanto utópico falar em bem comum se não fizermos primeiro assentar esse bem comum nas sólidas e concretas actividades que dão ao homem o pão, a casa, os livros, o vestuário, todos os elementos sensíveis que hão-de ser para ele como que os sacramentos duma pertença à sociedade dos homens, numa comunhão de necessidades, desejos e sonhos.

É aí que a contribuição do homem para a construção duma cidade justa, equilibrada e feliz tem o seu primeiro campo de realização.

Por via da sua vocação, o universitário está na raiz mesma de todas as actividades. É responsável pela concepção das ideias, pela programação das actividades, pelo seu desenvolvimento prático. Todo o esforço que realizar no sentido do maior rendimento, é decisivo para a sua contribuição para o bem comum.

Por isso, o primeiro dever cívico do estudante de hoje é preparar-se para ser um profissional consciente. Ora profissional consciente é aquele que caminha na vanguarda do progresso, que antes de toda a preocupação do prestígio ou da ambição ou do lucro põe o ideal do serviço bem feito, é aquele que não cessa de se aperfeiçoar, que não atinge nunca, na sua própria classificação, o grau ^{de génio} que mantém despertos e amadurecidos o juízo crítico, a capacidade criadora, o espírito de síntese - bases de todo o trabalho intelectual.

É evidente que quando falo neste primeiro dever de competência técnica estou a situar-me numa dimensão autenticamente humana da profissão. Quere dizer, suponho que a profissão permite, justamente pela profundidade com que é vivida, o encontro e a descoberta dos autênticos valores humanos que nela e por ela se jogam. E dessa maneira ela está aberta à cidade dos homens, passando-se duma a outra esfera sem solução de continuidade.

Não pode, pois, perder-se o tempo da Universidade à espera dum vago amanhã - então, sim, havemos de estudar, de fazer trabalho sério, etc ... Não; é hoje que esse trabalho se realiza. Porque depois, ao recém-licenciado, não se pede só que se aperfeiçoe; a sociedade exige-lhe logo trabalho produtivo. E não há mais tempo para voltar atrás. A lei da vida é de uma constante projecção no futuro e hoje mal nos é consentido um rápido relance pelo que foi o passado.

O estudo, ou melhor, uma séria preparação intelectual, é assim a pedra de toque duma autêntica consciência cívica - Sem ela, há palavras ocas e pouco mais.

↓ As profissões e todas as actividades evoluem no sentido da colectividade e



Fundação Cuidar o Futuro

portanto da despersonalização. Novos problemas surgem af que terão uma influência decisiva no bem comum. Será preciso elaborar uma deontologia profissional adaptada às novas formas que saiba tornar cada profissional autênticamente responsável mesmo numa forma de actividade colectivizada e que saiba impedir, pela associação legal, toda e qualquer infracção do princípio da função supletiva.

(O estudo da responsabilidade cívica através do exercício das diferentes profissões tem vindo a ser encarado por algumas Federações da Pax Romana, estando a realizar um trabalho verdadeiramente notável neste domínio os estudantes católicos do Canadá.)

3. - Os deveres cívicos em relação à instituição universitária

Mas a Universidade tem uma vida própria, ela é expressão de vida comunitária. Também af há um bem comum a salvaguardar e a desenvolver.

O bem comum essencial reside antes do mais na conformação da instituição com os fins que a definem. Onde faltar essa condição básica, todo o bem comum que se procure, será necessariamente aleatório.

E sendo a Universidade uma comunidade de professores e alunos, é evidente que a estes cabe igualmente a salvaguarda dos objectivos primeiros que justificam a Universidade, bem como das condições essenciais da sua vida orgânica.

Neste sentido, o estudante tem não só o direito mas o dever de denunciar todo o anquilosamento da Universidade em fórmulas ultrapassadas que constituem hoje o mais grave atentado contra a irradiação da verdade que cabe à Universidade.

O estudante tem não só o direito mas o dever de aprofundar as exigências que derivam da realização do ideal duma Universidade autêntica e de publicamente as definir e proclamar.

O estudante tem não só o direito mas o dever de constituir dentro da Universidade todos os agrupamentos que, respeitada a justa hierarquia de valores próprios da instituição, contribuam para o alargamento do bem comum. Este dever é particularmente importante na Universidade laica em que uma atitude ideológica classificada de neutra pauta todas as tomadas de posição, conduzindo inevitavelmente a uma atitude cultural superficial porque incompleta.

O estudante tem não só o direito mas o dever de defender e de ajudar a construir as estruturas universitárias que tornem possível a realização dos fins da Universidade - e por isso é legítima e necessária toda a actividade estudantil tendente a melhorar, por exemplo, as condições escolares, os horários, os regimes de exames, as condições de vida alimentar e desportiva, *cultural, etc..*



Parece-me mais, que este exercício da virtude cívica na célula social que é a Universidade, é uma excelente e insubstituível escola de aprendizagem do civismo que será pedido ao diplomado.

Pôr-se ao serviço dos interesses de todos, não se importar de ser "queimado" na defesa de princípios fundamentais, ser coerente nos compromissos assumidos para com a instituição, aprender a trabalhar em equipa em esferas que transcendem a neutralidade ideológica das equações diferenciais e da Termodinâmica, adquirir a maleabilidade necessária para poder ser benevolente para com todos os medíocres e apáticos e ao mesmo tempo ser furiosamente intransigente com a mediocridade e a apatia - são algumas atitudes fundamentais que só um longo treino pode fornecer. Daí a importância que em todos os países se dá a este aspecto da formação universitária. São conhecidas de todos as sessões que periodicamente se realizam em Oxford sobre temas de actualidade universitária ou social e cujo princípio objectivo é justamente preparação dos estudantes ao exercício de autênticas virtudes cívicas. Actividades semelhantes se realizam nas jovens Universidades africanas.

Aí se aprendem os princípios elementares do civismo, pelo treino, na objectividade das discussões, na justeza dos argumentos, na atitude desportiva perante a derrota, na observância das regras que norteiam a discussão.

4. - Os deveres cívicos na sociedade extra-universitária

Mas o universitário não vive isolado na e para a vida da Universidade. Ele é também cidadão duma sociedade que, englobando a Universidade, a ultrapassa.

Para além da Universidade ele será também cidadão, mas cidadão universitário. Quer dizer, o seu lugar na família, na freguesia, na cidade, no País tem uma tonalidade particular que lhe vem da vocação própria.

Antes de mais, ele tem de estar presente nas estruturas sociais de que naturalmente faz parte. Cabe-lhe juntamente com os outros homens, edificar o bem comum. Mas porque universitário, é-lhe pedida uma assimilação e uma elaboração pela inteligência de todos os dados afim de que a solução verdadeira seja encontrada. E porque jovem, é-lhe pedido o entusiasmo, o gosto do novo e do risco, a loucura de fazer coisas para além do bom-senso. É que só com esses elementos se constrói a cidade nova. Geometria, pedras e leis, tudo isso é fácil de encontrar. Só não é fácil de descobrir o coração em que tudo isso, sem perder o rigor e a substância, se transforme em vida autêntica.

Por isso o Universitário cheio da coragem que a juventude e a vida intelectual trazem consigo, tem uma função de inestimável valor a desempenhar.



Fundação Cuidar o Futuro

O contacto individual ou de movimentos de estudantes com jovens de outros meios sociais, e em particular, com operários, é uma faceta importante dessa construção do bem comum.

O mundo que o universitário pretende abarcar só com a sua inteligência é um mundo irreal, porque é incompleto. Se o deve pensar na sua inteligência, deve alargá-lo ao concreto quotidiano.

A maior parte dos estudantes vive isolada dos outros meios sociais. A sociedade actual aumenta este isolamento criando condições de vida universitária que acentuam ainda mais as fronteiras que separam os universitários do resto da comunidade.

É claro que a sociedade ao criar estas condições não o faz com esta intenção mas procura, antes, a maior valorização profissional do estudante, rodeando-o de um ambiente propício ao estudo. Mas o que é indispensável é ter em conta essa necessidade inadiável de contacto do estudante com as outras esferas da vida social. E nesse sentido ao estudarem-se plenos de cidades universitárias e ao estabelecer-se uma orgânica de vida universitária, não pode deixar de se ter em conta a necessidade de não isolar o estudante. Cabe aos próprios universitários a descoberta das soluções que tornem possível e natural esse contacto. ~~o que ocorre pelas pessoas sem as atingir na verdade nem na alma. Daí a tendência generalizada de fazer grandes teorias sobre os deveres do Estado, tomado o cidadão no sentido restrito de sentimento ou actividade política, também aí o estudante tem um vasto campo de formação e de acção. É evidente que numa Universidade ideal e numa sociedade ideal, o estudante teria que preocupar-se quase exclusivamente com a sua preparação em todos os sectores da vida humana e também no sector da formação política. Mas nas condições actuais o estudante tem de se comprometer quase sempre na acção. Até porque a velocidade com que a fisionomia política varia exige uma aprendizagem concreta.~~

Em muitos países tal actividade política será inevitavelmente ligada à actividade dum partido político, caso da Alemanha, por exemplo.. Mas isso só é um mal quando os interesses do grupo se sobrepõem aos do bem-comum. Em muitos casos a actividade política envolve tantos problemas fundamentais que os estudantes, e em particular, os católicos não podem deixar de nela participarem. É o caso de quase todos os países da América Latina onde a instabilidade política atinge sempre rudemente a Universidade, muitas vezes responsável pelo próprio desenrolar dos acontecimentos. Aí a falta de maturidade política da maioria da população conduzindo à ditadura de força e perante a violação dos direitos do homem exige uma atitude



já profundamente comprometida dos estudantes. E não é raro que os dirigentes dos movimentos estudantis (latino-americanos) tenham no seu activo alguns dias ou alguns meses de prisão por actividades políticas... O que se passou e o que se está passando recentemente na Hungria é um impressionante caso limite de compromisso cívico.

Os estudantes são ainda, na sociedade "instalada" que é a nossa, o posto avançado dos supremos direitos da pessoa humana. ~~A~~ acção que os estudantes desenvolvem pode avolumar-se como ~~uma~~ avalanche. Mas importa que os estudantes saibam o que querem e para onde vão. E para isso têm de se prepararem e se ~~debruçarem~~ ^{societade} seriamente e não como panfletários sobre as necessidades da ~~necessidade~~ em que vivem.

A construção da cidade nova exige uma profunda incarnação no momento histórico. Isto significa que é indispensável o conhecimento e a reflexão sobre o passado de modo a permitir fixar a posição que ocupam os povos na sua evolução político-social.

E, para além disso, é precisa uma inteligência do próprio fenómeno político-social tal como ele se põe no momento presente, na múltipla conexão das realidades complexas que o integram.

Fundação Cuidar o Futuro

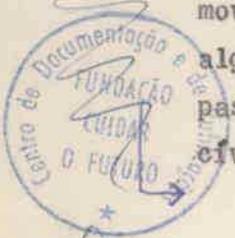
III - Dimensão universal do dever cívico

Uma pergunta poderá pôr-se ainda: onde termina o dever cívico? Quais os seus limites?

Na verdade, tão uno como a justiça de que deriva, tão lato como a caridade que lhe dá o sentido último, [o dever cívico não tem limites de tempo nem de espaço. Porque a justiça se estende a todo o universo criado e "o amor não conhece fronteiras".

A cidade não se restringe à freguesia ou à Nação; para lá desta unidade geográfica, cultural e económica que é um País, outros homens esperam de nós que os ajudemos a viverem melhor, que lhes demos da nossa experiência, do nosso saber, da nossa vida, para que eles possam viver também, do bem comum.

O sentimento de pertencer a uma comunidade supranacional radica assim na autêntica consciência cívica. Traduz-se fundamentalmente nessa fraternidade real com todos os homens que leva, na vida individual, a fazer de cada encontro com estrangeiros, uma ocasião de enriquecimento humano, e a estabelecer um diálogo que põe em jogo os melhores valores culturais das nacionalidades em confronto.



Mas traduz-se também esforço inteligente para dar às estruturas internacionais o vigor que lhes é necessário para a salvaguarda do bem comum mundial.

Não precisamos de ter lido muito para sabermos como esse bem comum está hoje tão vitalmente atingido: condições deficientes de salvaguarda da paz internacional, que os ditadores, os vaidosos ou os loucos podem radicalmente comprometer; esmagamento de minorias étnicas pela força de grandes potências; ausência da liberdade mínima em numerosos países - 1/3 da humanidade vive sob regime comunista; desequilíbrio alucinante de riquezas - 20 milhões de chineses morrem de fome por ano enquanto na Argentina se deitam toneladas de trigo ao mar, que chegavam para os alimentar; escravatura de seres humanos, revestindo as formas mais degradantes do vício - em cada ano milhares de mulheres e de crianças são vendidas duns continentes para os outros; ausência dum mínimo de desenvolvimento cultural em grandes camadas populacionais - em África mais de 70% da população é analfabeta... Estes são apenas alguns índices dos sectores em que o bem comum tem de ser construído por todos.

É fácil pensar que tudo isso se movimenta em estruturas inacessíveis para nós. Mas tal não é verdade. Primeiro, porque não é indispensável que a nossa acção se realize através das estruturas concretas, embora seja esse naturalmente o caminho mais eficaz.

Segundo, porque é concerteza possível estarmos presentes numa das 1.300 organizações internacionais que existem.

Orgãos internacionais como a ONU e as suas agências especializadas, e, de modo especial, a UNESCO não se constroem como super-estruturas desincarnadas dos indivíduos no contexto das duas nacionalidades. A sua enorme possibilidade de acção tem de ser vitalizada à escala nacional.

Por outro lado, membros activos da Pax Romana, os estudantes católicos do mundo inteiro, estão presentes nas organizações internacionais de que o Movimento faz parte ou a que é chamada a dar a sua colaboração. Tais organizações são entre outras: no 1.º caso o Serviço de Entraide Universidade mundial que grupa todos os estudantes det todos os credos do mundo inteiro, e principalmente a UNESCO onde gozamos do estatuto consultativo e que está hoje desenvolvendo no mundo inteiro um intenso programa de assistência técnica aos países sub-desenvolvidos. No 2.º caso está a colaboração que a PR tem dado às Comissões especiais da ONU, como a Comissão dos direitos do homem, a Comissão contra as medidas discriminativas, a Comissão sobre a condição da mulher ao Conselho Económico e Social.



Não pode a PR estar presente no sector internacional neutro sem que o trabalho que aí se realiza corresponda a uma atitude coerente de todos os seus membros espalhados pelo mundo inteiro. É que cada pessoa é um elemento indispensável do conjunto, elo duma cadeia que envolve toda a terra, penetra em todos os sectores da vida humana, e está presente em todas as concepções e estruturas sociais.

Quando sentirmos como nossos os problemas dos outros povos, quando lhes admirarmos e respeitarmos os valores culturais próprios, quando tivermos deixado atrás de nós o apego às nossas coisas não porque eventualmente são boas mas porque são nossas, quando tivermos presentes na nossa vida de todos os dias aqueles que lutam e sofrem e amam como nós, quando o bem comum dos outros povos nos puser perante a legitimidade de muitos dos nossos direitos, quando sentirmos tão forte a necessidade de contribuirmos concreta e eficazmente para o bem de todos os homens, como o sentimos em relação àqueles que nos rodeiam, então a nossa consciência cívica alargou-se verdadeiramente às dimensões do mundo.

E quando as responsabilidades que daí decorrem se tornarem na nossa vida uma exigência premente do Amor e da Verdade, nós estaremos também, enquanto estudantes católicos, a realizar a verdadeira comunidade de vida que é a Pax Romana, ponto de encontro de todos os esforços que se fazem no mundo inteiro para cristianizar a Universidade e, por ela, a sociedade em todas as múltiplas estruturas que a integram.

